

**MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL – MIR**

**ATA DA 82ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA  
IGUALDADE RACIAL – CNPIR**

1 No dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e três, na plataforma *Microsoft Teams* por  
2 videoconferência, foi realizada a 82ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da  
3 Igualdade Racial - CNPIR. Estiveram presentes os seguintes conselheiros e conselheiras  
4 representantes do governo: Titular **Anielle Franco** – Ministra de Estado; Titular **Carlos Alberto**  
5 **Ricardo Júnior** – Secretaria Nacional de Proteção Global; Titular **Sérgio de Oliveira** – Ministério  
6 da Educação; Titular **Joana Marie Girard Ferreira Nunes** – Ministério da Ciência, Tecnologia,  
7 Inovações; Ana Carolina de Sousa – Ministério do Desenvolvimento Social; Titular **Flávia Mello de**  
8 **Castro** – Secretaria Especial da Cultura; Titular **Marco Antônio Evangelista da Silva** – Fundação  
9 Cultural Palmares; Titular **Lucilene Estevam Santana** – Secretaria Especial de Produtividade,  
10 Emprego e Competitividade; Titular **Juliana Chagas** – Rede de Mulheres Negras; Titular **Maria**  
11 **Jane Soares Targino Cavalcante** – Associação Comunitária dos Povos Ciganos de Condado Paraíba  
12 (ASCOCIC); Suplente **Janete Clea Targino Cunha** - Associação Comunitária dos Povos Ciganos  
13 de Condado Paraíba (ASCOCIC); Titular **Sérgio Eduardo Menezes Silva** – Instituto Brasileiro de  
14 Apoio aos Segmentos Étnico-Raciais (IBASER); Titular **Ruth Goldberg** – Confederação Israelita do  
15 Brasil (CONIB); Titular **Maria de Jesus Moura** – Conselho Federal de Psicologia (CFP); Fabiane  
16 Rodrigues Fonseca - Conselho Federal de Psicologia (CFP); Titular **Valdinalva Barbosa dos Santos**  
17 **Caldas** – Agência Nacional de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Povo Cigano; Suplente  
18 **Aluizio de Azevedo Silva Júnior** – Associação Estadual das Etnias Ciganas de Mato Grosso  
19 (AEEC/MT); Suplente **Rosemberg Moraes Caitano** – Instituto EcoVida; Titular **José Eudo da Silva**  
20 – Associação de Preservação da Cultura Cigana do Estado do Ceará (ASPRECCEC); Titular **Helderli**  
21 **Fideliz Castro de Sá Leão Alves** – Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro; Suplente **Jerson Cesar**  
22 **Leão Alves** - Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro; Titular **Geovan João Alves da Silva** – Instituto  
23 de Tradições e Cultura Afro-Brasileira. A Reunião também contou com a presença do Sr. **Artur**  
24 **Sinimbu Silva** (Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade). **ABERTURA:** Dando  
25 início aos trabalhos, o Sr. Artur Sinimbu Silva cumprimentou a todos, cientificou que a reunião

26 começará com a apresentação da ministra Anielle Franco e em seguida serão abertas as inscrições  
27 para fala. A Ministra Anielle Franco cumprimentou a todos, se apresentou, ponderou que o fato de  
28 ter o período de 80 dias para marcar a primeira reunião demonstra o volume de solicitações e situações  
29 que surgiram. Arrazou que haverá outras reuniões e que se espera a cocriação, visto que existem  
30 muitas lutas. Relembrou a importância do dia 21 de março, explicou sobre a porcentagem de 30%  
31 nos cargos DAS e decreto para cargos e funções comissionadas no âmbito da administração pública  
32 federal de níveis 1 a 17 para pessoas negras. Acrescentou que existe um ganho imensurável na política  
33 do país. Afirmou que foram criados grupos de trabalho (GTI do Novo Programa Nacional de Ações  
34 Afirmativas e GT do Plano Juventude Negra Viva), discorreu sobre o programa Aquilombola Brasil,  
35 que visa a promoção dos direitos da população quilombola com ênfase nos eixos temáticos de acesso  
36 à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local, direitos e  
37 cidadania. Explanou sobre os imóveis que foram colocados na Titulação Quilombola, asseverou que  
38 foram realizadas reuniões de articulação política com outros ministérios, que acompanhou o  
39 presidente na viagem realizada no dia 10 de fevereiro para o Relançamento do Japer nos Estados  
40 Unidos, que visitou região atingida pela chuva que atende ao Quilombo de Caçandoca em São Paulo,  
41 arrazou que houve a contribuição no tocante ao reposicionamento da estratégia de defesa do Estado  
42 Brasileiro e casos como Alcântara (CIDH), anunciou que houve a assinatura das leis nº 14.132/2023  
43 e lei nº 14.519/2023, que foi enviado o projeto de lei do Dia Nacional Marielle Franco, explanou  
44 sobre o Decreto Mulher Viver Sem Violência, contratações e indicações via Banco de Currículos de  
45 Profissionais Negros e Trans e Trilhas de Aprendizagem no ENAP de combate ao racismo e  
46 promoção da igualdade nacional. Concluiu informando sobre a criação de GTI do Cais do Valango,  
47 GT de Enfrentamento ao Racismo Religioso e acordo de Cooperação com MDS para construir uma  
48 agenda de combate à Fome e à pobreza. Ato contínuo, o Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes Silva  
49 agradeceu, se apresentou e se colocou à disposição. Depois, foram abertas as inscrições para fala. A  
50 Conselheira Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves cumprimentou a todos, se apresentou e  
51 questionou se haverá um cronograma para outros povos, discorreu sobre o compromisso da ministra  
52 de reativar o conselho e destacou que as políticas para pardos mestiços sofrem dificuldades. Com a  
53 palavra, o Conselheiro Aluizio de Azevedo Silva Júnior saudou a todos, se apresentou, ponderou que  
54 os povos ciganos não foram citados, parabenizou a nomeação da ministra, lembrou que foi iniciada

55 a discussão sobre o Plano Nacional dos Povos Ciganos de Integração que o Ministério da Igualdade  
56 Racial, porém foi estacionado, citou o Estatuto dos Povos Ciganos, arrazoou sobre um projeto de lei  
57 de autoria do senador Paulo Paim que está tramitando, ressaltou que gostaria do apoio da ministra,  
58 notificou sobre o Encontro Nacional dos Povos Ciganos, cientificou que estava participando da  
59 comissão de comunicação da Conferência Nacional de Igualdade Racial e que está à disposição para  
60 a construção de políticas. A Conselheira Juliana Chagas cumprimentou a todos, se apresentou,  
61 parabenizou a nomeação da ministra e ponderou que será um grande trabalho discutir como ocorrerá  
62 a Conferência Nacional de Igualdade Racial, visto que estava prevista para ocorrer neste ano.  
63 Destacou que deve ser reorganizado, aconselhou a ocorrência da próxima reunião de maneira  
64 presencial, reforçou a importância da participação da Fundação Palmares, da necessidade de uma  
65 apresentação do Plano da Fundação Cultural Palmares e comunicou que está à disposição. O  
66 Conselheiro Rosemberg Moraes Caitano saudou a todos, se apresentou, destacou a necessidade da  
67 reconstrução de caminhos, lembrou o histórico de Queimado no município de serra e salientou que  
68 deseja discutir com a ministra a respeito do patrimônio de Queimado. Depois, expressou preocupação  
69 quanto a segurança alimentar nutricional e questionou qual é o diálogo existente com os segmentos  
70 da segurança alimentar e com a Secretária Nacional de combate à Fome, visto que a fome possui cor,  
71 sexo e escolaridade. Questionou como o ministério incentivará a incidência dos povos tradicionais e  
72 parabenizou todas as mulheres. A Ministra Anielle Franco enfatizou que possui compromisso total  
73 na promoção de políticas públicas da população negra, que entende que existem muitas cobranças,  
74 pautas que exigem comprometimento, que está sendo acompanhamento o Estatuto e que novas pautas  
75 poderão ser incluídas. Salientou a importância da cultura e da segurança alimentar nutricional,  
76 reafirmou o seu compromisso e a importância do ministério. Informou que possui existem diversos  
77 itens a serem entregues e que ela auxiliará nesse quesito. O Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes  
78 Silva explicou que faltaram alguns conselheiros, que posteriormente a pauta deverá ser aprovada via  
79 *ad referendum* e depois solicitou a conferência do quórum. Foi informado que existem 16  
80 conselheiros, portanto, não possui *quórum*. Em seguida, foi apresentada a seguinte proposta de pauta  
81 e de ordem, do dia vinte e quatro de março de dois mil e três, para votação/aprovação: 14h00 às 14h10  
82 - Abertura; 14h10 às 14h20 - Verificação da presença e da existência de *quórum* para instalação do  
83 colegiado (Regimento Interno Art. 12 §1º e 2º Art. 14 inciso I); 14h20 às 14h30 - Leitura e aprovação

84 da ordem do dia (Regimento Interno - Art. 14, inciso III); 14h30 às 14h40 – Aprovação da Ata da 81ª  
85 RO\_CNPIR (Regimento Interno Art. 14 – Inciso 2º); 14h40 às 15h00 – Apresentação da Ministra,  
86 Anielle Franco; 15h00 às 15h40 – Inscrições para fala (Regimento Interno Art. 16); 15h40 às 15h50  
87 – Redefinição do Calendário Eleitoral do CNPIR; 15h50 às 16h20 – Inscrições para fala (Regimento  
88 Interno Art. 16); 16h20 às 16h30 – Prorrogação do Mandato dos Conselheiros do CNPIR; 16h30 às  
89 17h – Inscrições para fala (Regimento Interno Art. 16); 17h às 17h10 – Organização da V CONAPIR;  
90 17h10 às 17h40 – Inscrições para fala (Regimento Interno Art. 16); 17h40 às 17h50 – Informes  
91 Gerais; 17h50 às 18h00 – Considerações Finais e encerramento. A Conselheira Flávia Mello de  
92 Castro esclareceu que muitos conselheiros não foram empossados, o que pode resultar em falta de  
93 *quórum*. Depois, a Conselheira Juliana Chagas solicitou a chamada nominal. Foi acatado. O  
94 Conselheiro Carlos Alberto Ricardo Júnior questionou como o conselho atuará com a nova estrutura,  
95 se continuará com a representação da Secretaria nacional ou se será alterado. O Conselheiro Sérgio  
96 Eduardo Menezes Silva respondeu que existe uma dificuldade quanto a indicação de conselheiro  
97 principalmente do governo, que houve a permanência de conselheiros da sociedade civil,  
98 complementou que existe um conselho e que com isso precisa de aprovação de alguns assuntos como  
99 a prorrogação de mandato de todos os conselheiros da sociedade civil para dar sequência a uma nova  
100 eleição do CNPIR e que após a aprovação da extensão do mandato, o mandato pode permanecer até  
101 junho para reorganizar o Regimento Interno, a convocação, continuar com os grupos de eleição da  
102 próxima gestão do conselho e organização da conferência. O Conselheiro Carlos Alberto Ricardo  
103 Júnior questionou sobre a adaptação da composição do conselho quanto a nova estrutura do governo  
104 federal, sendo necessário organizar a estrutura e questionou se haverá um órgão do conselho para os  
105 ministérios para ratificação dos membros ou substituição. Foi explicado pela Conselheira Flávia  
106 Mello de Castro que no Ministério da Cultura está ocorrendo a mesma situação. A Conselheira  
107 Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves questionou se foi encaminhado novos órgãos solicitando  
108 novos membros para o conselho do poder público e quantos enviaram para resolver essa situação. A  
109 Conselheira Valdinalva Barbosa dos Santos Caldas ponderou que o governo está se organizando e  
110 sugeriu que as três pautas mais importantes sejam colocadas como *ad referendum*. Quanto a  
111 prorrogação dos mandatos, argumentou que junho é um prazo curto e que é necessário prorrogar o  
112 prazo até o final do ano para organizar a pasta e apresentar os próprios conselheiros do governo.

113 Destacou que o Plano Nacional dos Povos Ciganos está parado, assim como outras atividades. O  
114 Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes Silva explanou que é necessário continuar os assuntos e para  
115 que isso ocorra é necessário o empenho dos conselheiros, sendo que a política de igualdade racial não  
116 pode parar. Comunicou que o Artigo nº 33 do Regimento Interno permite a prorrogação para uma  
117 reunião *ad referendum* com algumas pautas para seguir com as políticas de igualdade racial. Salientou  
118 a importância da prorrogação de mandato, ponderou que o processo para mudanças no governo é  
119 lento e que a política precisa avançar. O Conselheiro Rosemberg Moraes Caitano acrescentou que o  
120 conselho possui pauta atravancada, que estão em processo de conferência e aconselhou que a nova  
121 gestão seja empossada na conferência, sendo a vacância do conselho um risco eminente. A  
122 Conselheira Flávia Mello de Castro demonstrou a sua preocupação quanto ao assunto. O Sr. Artur  
123 Sinimbu Silva salientou que houve muitas mudanças, que existem indicações oficiais, sendo vários  
124 oficiais e confirmaram a presença na reunião. Relatou caso de conselheira que estava com dúvida se  
125 poderia comparecer na reunião. Destacou que o cronograma está curto e que ainda que se coloque  
126 que o mandato se estenda até a conferência, foi o próprio conselho que estabeleceu esta dinâmica do  
127 processo do conselho para ser feito no início do ano, sendo fundamental essa reunião para a discussão  
128 dos assuntos. Propôs a discussão da pauta um assunto por vez. O Conselheiro Sérgio Eduardo  
129 Menezes Silva questionou se existe algum impedimento da prorrogação do mandato até a conferência.  
130 A Conselheira Ana Carolina de Sousa saudou a todos, informou que foi indicada e que não saiu a  
131 publicação dos ministérios. A Sra. Fabiana respondeu que foi oficiado e que todos os ministérios  
132 possuem os ritos administrativos posteriores, não havendo direito a voto no momento. A Conselheira  
133 Juliana Chagas concordou que estava previsto para o início do ano nesta gestão a ocorrência da  
134 conferência e com a posse, a conferência foi adiada, o que mudou a dinâmica. Concordou com a nova  
135 gestão iniciar uma conferência, não sendo uma escolha do conselho o processo eleitoral no início da  
136 gestão. A Conselheira Maria Jane Soares Targino Cavalcante cumprimentou a todos, se apresentou,  
137 ponderou que nas outras eleições os conselheiros continuavam no processo, participavam na  
138 comissão e faziam as pautas em conjunto com os conselheiros que entravam, sendo possível fazer  
139 com os novos membros, para que os novos membros saibam das pautas. Informou que poucas pautas  
140 eram decididas e que pode haver um trabalho contínuo e em conjunto. A Conselheira Flávia Mello  
141 de Castro recomendou fazer uma consulta jurídica porque o Ministério da Cultura, por exemplo, não

142 tem assento neste conselho, mas o Ministério do Turismo possui, sendo necessário esclarecimentos.  
143 O Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes Silva agradeceu, pontuou que o seu sonho é que o conselho  
144 tenha reunião descentralizada para o país conhecer o que ocorre no conselho. Acrescentou que está  
145 feliz pela participação para esclarecimentos, pois enriquece o conselho. Argumentou que a consulta  
146 jurídica pode ser posterior porque está sendo discutida a prorrogação do mandato e se aprovada, ela  
147 não precisa de *quórum*, por ser um assunto omissivo, de dúvida. Declarou que conforme o artigo nº 33  
148 pode ser realizado através do *ad referendum* e o presidente em exercício pode assinar. Complementou  
149 que outros assuntos podem ser discutidos depois e demonstrou sua preocupação quanto ao fato de  
150 não haver deliberações, pois os assuntos não podem avançar. A Conselheira Flávia Mello de Castro  
151 externou a sua preocupação pois não sabe se pode permanecer no conselho. O Conselheiro Sérgio  
152 Eduardo Menezes Silva salientou a importância da discussão sobre os assuntos. O Sr. Artur Sinimbu  
153 Silva explicou que a discussão sobre o calendário eleitoral está relacionada a prorrogação do mandato,  
154 sendo incluída na ordem do dia o calendário eleitoral após a prorrogação do mandato. Arrazou que  
155 a conferência deve ser discutida de maneira separada, pois a prorrogação do mandato está relacionada  
156 ao calendário eleitoral e que existem certas questões da conferência que devem ser discutidas como  
157 a não realização de conferência em dois estados. Adicionou que a conferência que na data de maio  
158 não estava circunscrita a esse mandato do conselho que terminaria em março, não havendo a  
159 vinculação. Explicou que se existe uma periodicidade de transição, é imprescindível fazer a  
160 prorrogação, mas com certa cautela. Acrescentou é necessário fornecer uma primeira resposta ao  
161 processo eleitoral e que deve haver cautela em relação a se tomar uma medida dessa magnitude via  
162 *ad referendum*. Ponderou que existe uma limitação nesse sentido dos conselheiros governamentais,  
163 sendo uma mudança de estrutura. Ponderou que o diálogo deve ser seguido com uma nova chamada  
164 com os conselheiros governamentais. A Conselheira Valdinalva Barbosa dos Santos Caldas  
165 expressou sua preocupação quanto ao conselho parar porque se torna precário, sendo necessário a  
166 prorrogação. Argumentou que existem outros assuntos a serem discutidos a nível nacional e arrazou  
167 que deveria ter a prorrogação para a organização dos conselheiros governamentais. Em contrapartida,  
168 ponderou que o governo deve se organizar para apresentar os conselheiros que irão compor o conselho  
169 da igualdade social. Argumentou que os mandatos estão praticamente vencidos e que se não houver  
170 uma prorrogação tudo pode parar. Relatou caso em conselho estadual em que foi feita a prorrogação.

171 Propôs continuar a pauta para encaminhamentos. O Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes Silva  
172 aconselhou prorrogar até junho e se necessário, prorrogar até dezembro. A Conselheira Helderli  
173 Fideliz Castro de Sá Leão Alves ponderou que foi colocada a realidade, que o conselho está  
174 prejudicado, relatou caso no Amazonas em que o mandato acabou e estão com esse problema,  
175 resultando na ausência de reuniões. Externou sua preocupação quanto ao quórum e a prorrogação do  
176 mandato. O Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes Silva lembrou que foi aprovada uma moção de  
177 repúdio via *ad referendum*. O Conselheiro Carlos Alberto Ricardo Júnior reforçou a sugestão de que  
178 o conselho realize uma consultoria jurídica quanto a isso. Pontuou que o decreto nº 4.885, de 20 de  
179 novembro de 2003 que coloca a composição do conselho e alterado pelo decreto nº 6.509, de 16 de  
180 julho de 2008 está com a nomenclatura antiga dos ministérios portanto, as competências dos órgãos  
181 extintos ou transformados serão atribuídas a outros órgãos, podendo ser verificado na consulta  
182 jurídica e ao verificar medida provisória e as competências dos ministérios pode ser que por  
183 transferência de competências, podem ser associadas, não sendo necessário alterar um decreto.  
184 Sugeriu que após a consulta jurídica e havendo a confirmação, pode ser enviado ofício aos ministérios  
185 ratificando os membros que continuarão ou indicando novos membros, de forma que não prejudique  
186 a participação no conselho. Salientou que sempre houve dificuldade no CNPIR com *quórum*. A  
187 Conselheira Ana Carolina de Sousa propôs que fossem determinados os questionamentos para  
188 encaminhar a CONJUR a título de urgência para fazer uma reunião extraordinária para abril sobre os  
189 assuntos. Discordou da prorrogação para junho e depois para dezembro, sendo necessário definir os  
190 prazos e concordou que os ministérios possuem a competência de indicar os conselheiros. Sugeriu  
191 convidar um representante da Conjur nas reuniões para esclarecer questões normativas. O  
192 Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes Silva clarificou que o mandato será até o dia 29 de março e que  
193 existe uma sugestão de calendário até junho. A Conselheira Juliana Chagas ponderou que na gestão  
194 passada houve problemas com a participação dos conselheiros governamentais, que houve  
195 conselheiros governamentais que informaram que somente iriam votar em situações relacionadas a  
196 sua pasta e que caso contrário iriam se abster e ponderou que muitas discussões estão sendo realizadas  
197 por não conhecer o Regimento Interno. Salientou que não é possível associar um ministério a outro e  
198 que a sociedade civil participa bastante. Ponderou que não existe nenhum problema jurídico que  
199 precise de consulta, que deve ser feita nova nomeação de cargos de acordo com as novas

200 nomenclaturas e com os novos cargos, respeitando o número de conselheiros e conselheiras, pois o  
201 governo definirá quem pode participar do conselho respeitando a paridade. Salientou que o governo  
202 faz três indicações da sociedade civil, do notório saber, sendo necessário discutir. Ponderou que é  
203 necessário verificar a prorrogação, pois o conselho não pode paralisar as ações e que o regimento  
204 deve ser seguido. Ressaltou que deve ser prorrogado o mandato e a comissão da conferência. O  
205 Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes Silva esclareceu que no Regimento Interno, artigo 25,  
206 parágrafo 3º informa sobre: “*Decidir ad referendum acerca de assuntos emergenciais quando houver*  
207 *impossibilidade de consulta ao Plenário, informando imediatamente a sua deliberação via*  
208 *comunicação eletrônica e a todos os conselheiros titulares e suplentes*” e o artigo nº 33 informa sobre:  
209 “*Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidos*  
210 *pela Presidência do CNPIR ad referendum do Pleno*”. O Conselheiro Rosemberg Moraes Caitano  
211 arrazouou que prorrogar para o mês de junho e depois prorrogar para dezembro é complicado e que  
212 deve ser mantido até dezembro. O Sr. Artur Sinimbu Silva enfatizou que alguma decisão deve ser  
213 deliberada via *ad referendum* porque essa reunião não possui *quórum* e o mandato se encerra dia 29  
214 de março. Sugeriu sair da reunião com eventuais indicações que possam ser avaliadas pela ministra  
215 para as decisões via *ad referendum*. Adicionou que a prorrogação do mandato e o calendário eleitoral  
216 devem estar vinculadas, não podendo fazer a prorrogação do mandato vinculado ao processo de  
217 conferência, pois não existem elementos para saber quando irá acontecer. Enfatizou que a ocorrência  
218 da conferência em dezembro não é uma decisão tomada e pode ser que ela se estenda pois depende  
219 de negociações e questões orçamentárias. Destacou que o processo eleitoral considera a rotatividade,  
220 pois as organizações podem pleitear a sua recondução. Recomendou como encaminhamento fazer a  
221 atualização dos conselheiros governamentais e eventual consulta jurídica, ponderou que a  
222 nomenclatura no decreto nº 4.885 está mais alinhada com o que os ministérios atuais do que o do ano  
223 passado. Sugeriu a prorrogação dos mandatos até o processo eleitoral do CNPIR e a continuidade do  
224 funcionamento da comissão eleitoral para decidir via *ad referendum*. Concordou com a reunião  
225 extraordinária em abril para referendar a decisão e dar continuidade ao processo do conselho. A  
226 Conselheira Juliana Chagas informou que a gestão passada do conselho sofreu uma ação por causa  
227 de questões regimentais, com entidades da sociedade civil que estavam em dois mandatos, o que  
228 retirou a oportunidade de outras entidades participarem. Considerou delicado colocar a associação de

229 ministério pela função, resultando em mais entraves. Externou a sua preocupação que o conselho  
230 sofra mais um processo e tenham as suas atividades paralisadas. O Conselheiro Jerson Cesar Leão  
231 Alves argumentou que no governo anterior o ministro tinha uma função distinta do presidente do  
232 conselho e com a nova organização, a ministra acumula as duas funções e que no *ad referendum* o  
233 presidente do conselho faria uma medida e depois os conselheiros se reuniriam para corroborar o que  
234 foi decidido pelo presidente. Destacou que a presidente acumula as duas funções e o conselho é  
235 consultivo, não deliberativo e que a ministra não é obrigada a seguir uma decisão do conselho.  
236 Explicou que a ministra poderia tomar uma decisão de prorrogação do mandato dos conselheiros e  
237 que depois haveria uma reunião do conselho referendando a decisão dela. Salientou que essa decisão  
238 poderia ser publicada antes do fim do mandato dos conselheiros para haver uma continuidade do  
239 mandato e depois haver uma reunião dos conselheiros. Ponderou quanto a questão governamental,  
240 que pode ser feita uma mobilização forte e ressaltou que existe a questão da associação. O Conselheiro  
241 Sérgio Eduardo Menezes Silva asseverou que no Regimento Interno, artigo nº 19, informa como  
242 presidente o Secretário Nacional, que existe a interpretação que pode ser a ministra, mas que pode  
243 ser que não seja e neste caso ele está como vice-presidente. Sugeriu, como representante da sociedade  
244 civil que façam a solicitação a ministra com a mesa diretora solicitando o pedido do mandato até  
245 dezembro. Esclareceu que a maioria se demonstrou favorável e que pode ser encaminhado a  
246 solicitação para verificar se há possibilidade. A Conselheira Valdinalva Barbosa dos Santos Caldas  
247 concordou com a prorrogação para dezembro. O Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes Silva salientou  
248 que é um pedido da sociedade civil. A Conselheira Helderli Fideliz Castro de Sá Leão concordou  
249 com a extensão até dezembro e propôs marcar a próxima reunião. O Conselheiro Sérgio Eduardo  
250 Menezes Silva concordou. O Sr. Artur Sinimbu Silva afirmou que foi submetido a uma consulta da  
251 consultoria jurídica se a ministra teria essa prerrogativa de assumir a presidência do conselho mesmo  
252 assumindo outro cargo e que o parecer da consultoria jurídica foi favorável. Ponderou que a sociedade  
253 civil pode fazer essa indicação para a prorrogação para o dezembro, mas que deve haver uma  
254 motivação. Esclareceu que não precisa de um prazo até dezembro para realizar as eleições, que a  
255 proposta de calendário eleitoral foi baseada no mesmo tempo que foi estabelecido para o processo  
256 eleitoral pelos conselheiros, que não foi comprimido o tempo de organização da eleição, mas foi  
257 adiado. Foi solicitado a apresentação do calendário eleitoral. Foi destacado pelo Conselheiro

258 Rosemberg Moraes Caitano que, quando foi estabelecido o calendário eleitoral era uma outra  
259 conjuntura, sendo prevista a conferência para dezembro. O Sr. Artur Sinimbu Silva noticiou que o  
260 processo eleitoral é até março e que a conferência estava prevista para maio, dois meses após o  
261 fechamento do mandato. A Conselheira Juliana Chagas arrazoou que a conferência foi prorrogada  
262 para maio por vários motivos, mas que foi projetada para dezembro. O Sr. Artur Sinimbu Silva  
263 considerou positiva a intenção de prorrogar, que está ao encontro da preocupação das organizações e  
264 que foi repassado que foi prorrogado para maio. O Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes Silva  
265 explicou que a conferência foi adiada duas vezes, uma por causa da pandemia e depois foi remarcada  
266 para novembro, o que o período eleitoral impediu. Salientou que não houve participação. O Sr. Artur  
267 Sinimbu Silva entendeu que a organização da conferência estava para novembro e dezembro de 2022,  
268 ponderou que essa informação não foi compartilhada e que tinham a data de fechamento do mandato  
269 e data da conferência. Ponderou que não existe o entendimento fechado de quanto que deve ser adiada  
270 a conferência, não sendo adequado vincular a conferência. Explicou que o processo eleitoral  
271 prorrogou o processo até junho, sendo fundamental haver uma proposta qualificada para apresentar a  
272 ministra para a prorrogação para dezembro. A Conselheira Valdinalva Barbosa dos Santos Caldas  
273 afirmou que participou de várias reuniões da comissão mobilizadora dos estados e um dos motivos  
274 para o adiamento da conferência foi por vontade dos estados, com a publicação de documentos  
275 oficiais, e um pedido oficial para o adiamento das conferências porque muitos municípios não  
276 conseguiram se organizar e que no estado da Bahia não fizeram por motivos políticos. Concordou  
277 com o adiamento da conferência para todos os estados participarem, lembrou que participam da  
278 construção das políticas públicas, concordou com o proposto e sugeriu que deve ser convocado o Sr.  
279 Helbert Garandy Pitorra para fornecer esclarecimentos. Ponderou que a sociedade civil quer participar  
280 para que o conselho continue funcionando. O Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes Silva alegou que  
281 a conferência foi adiada por motivo unilateral do governo, que o grupo da sociedade civil se sente  
282 lesado de participar dessa conferência, que será desrespeitada a história caso não seja adiada e por  
283 isso a sociedade civil propõe a prorrogação para dezembro e que lutarão para ocorrer a conferência  
284 em dezembro. Foi destacado pela Conselheira Juliana Chagas que devem ser apresentadas de maneira  
285 oficial razões da não previsão de conferência, de adiamento sem data e sugeriu uma reunião com os  
286 estados. O Conselheiro Rosemberg Moraes Caitano ponderou que são tratados de maneira diferente,

287 relatou o seu caso em participação de órgão no Espírito Santo, ponderou que existem argumentos e  
288 jurisprudência para pedir o adiamento. A Conselheira Ana Carolina de Sousa aconselhou a elaboração  
289 de uma nota pela sociedade civil relatando os acontecimentos e pedindo a prorrogação para o  
290 ministério avaliar com maior parcimônia. A Conselheira Valdinalva Barbosa dos Santos Caldas  
291 concordou com a nota, complementou aconselhando a assinatura de outras instituições, lembrou  
292 que as conferências estaduais ocorreram em dezembro e que provavelmente três estados não fizeram  
293 e que as municipais foram concluídas. Ponderou que as estaduais que não fizeram poderiam realizar  
294 as conferências e encaminhar as suas demandas para a conferência nacional. O Conselheiro Sérgio  
295 Eduardo Menezes Silva questionou se todos tinham assinatura eletrônica e a Conselheira Valdinalva  
296 Barbosa dos Santos Caldas ponderou que pode colocar o nome da agência na nota. A Conselheira  
297 Ana Carolina de Sousa concordou. O Conselheiro Rosemberg Moraes Caitano sugeriu que somente  
298 as instituições relacionadas aos conselheiros. A Conselheira Helderli Fideliz Castro de Sá Leão  
299 destacou que houve estados que não quiseram fazer e que com isso foram feitas conferências livres.  
300 Ponderou que não sabe se concorda com o adiamento. Salientou que possuem três meses para se  
301 organizar, que não é favorável a assinatura da nota pois o conselho está deliberando para a  
302 prorrogação do mandato, sendo um direito da sociedade civil. Recomendou o Conselheiro Sérgio  
303 Eduardo Menezes Silva se reunir com a ministra sobre o assunto. O Conselheiro Sérgio Eduardo  
304 Menezes Silva esclareceu quanto ao V Conapir que a primeira motivação foi o fato de participarem  
305 da construção e não serem ouvidos sobre o adiamento. Ponderou que que consequentemente adiando,  
306 o estado que não realizou pode ser contemplado. Salientou que a proposta é encaminhar à mesa  
307 diretora e a ministra a prorrogação do mandato até dezembro para que o conselho possa entregar algo.  
308 A Conselheira Fabiane Rodrigues Fonseca cumprimentou a todos, se apresentou, concordou com a  
309 criação de um grupo de transição, principalmente para quem está concorrendo a esse assento para se  
310 apropriar das discussões. Concordou com a proposta principal, complementou que é essencial a  
311 participação. O Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes Silva agradeceu. O Conselheiro Jerson Cesar  
312 Leão Alves ponderou que o Regimento Interno deveria ser modificado e atualizado, pois o censo  
313 demográfico desse ano pode auxiliar quanto as vagas no regimento. Salientou que deve ser  
314 acrescentado sobre as conferências livres, para adaptar ao regimento. Relatou caso no Amazonas que  
315 entra em choque com a legislação do estado. Em seguida, o Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes

316 Silva solicitou a resposta o mais breve possível do encaminhamento realizado. Com a palavra, o  
317 Conselheiro Marco Antônio Evangelista da Silva se apresentou, discorreu sobre a Fundação Cultural  
318 Palmares e concordou com a preocupação da sociedade civil. O Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes  
319 Silva agradeceu. A Conselheira Valdinalva Barbosa dos Santos Caldas concordou com o  
320 encaminhamento do documento oficial para o Ministério para fortalecer. Destacou sua preocupação  
321 com os povos circenses e sugeriu uma cadeira no regimento para o povo circense. A Conselheira  
322 Flávia Mello de Castro informou que a quarta conferência de políticas culturais será realizada de 04  
323 a 08 de dezembro deste ano e solicitou que não haja choque com a conferência do CNPIR. A  
324 Conselheira Helderli Fideliz Castro de Sá Leão enfatizou que a lei do povo mestiço completou 17  
325 anos e que estão em vários estados. O Conselheiro Jerson Cesar Leão Alves complementou que a  
326 legislação existe em outros países, que existem povos mestiços em vários locais do mundo, que em  
327 alguns são reconhecidos como grupos étnicos e que no Brasil surgiu uma mistura. A Conselheira Ana  
328 Carolina de Sousa agradeceu a participação, ressaltou a relevância da política racial relacionada a  
329 assistência social e pontuou que está à disposição. O Sr. Artur Sinimbu Silva agradeceu a todos e  
330 ponderou que no período anterior a reunião várias propostas foram definidas. O Conselheiro Sérgio  
331 Eduardo Menezes Silva agradeceu a participação e comprometimento de todos encerrando a 82ª  
332 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR.